



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 23 de junho de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,74% São Paulo	119.630 121.341	R\$ 5,440 (-0,39%)		R\$ 5,817	10,40%	10,41%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,04% Nova York	18/6 19/6 20/6 21/6	Últimos 17/junho 5,421 18/junho 5,434 19/junho 5,441 20/junho 5,461					

SAÚDE

Cresce cancelamento de planos por jovens

Dados da ANS mostram o aumento das desistências de assistência médica na faixa entre 20 e 29 anos desde a pandemia

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» FERNANDA STRICKLAND

Tô fora

Quase 7 milhões de pedidos de cancelamento de planos de saúde foram feitos somente por jovens desde de 2020

Adesões a planos de assistência médica

Faixa etária	2020	2021	2022	2023	2024 (janeiro a abril)
20 a 24 anos	1.382.170	1.721.337	1.646.080	1.554.687	525.660
25 a 29 anos	1.518.514	1.905.597	1.826.074	1.752.729	585.006

Cancelamentos em planos de assistência médica

Faixa etária	2020	2021	2022	2023	2024 (janeiro a abril)
20 a 24 anos	1.302.885	1.479.070	1.474.552	1.443.968	491.325
25 a 29 anos	1.388.384	1.639.913	1.633.919	1.622.388	540.241

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)



A nova geração não consegue identificar o custo-benefício, por não compreender o valor que possui esse tipo de proteção e calcula tudo somente a partir do preço"

Leonardo Borges,
consultor financeiro

1.186.610, já em 2023 o número subiu para 1.424.701, e nos primeiros 4 meses de 2024 ocorreram 472.278 pedidos.

A mesma estatística foi observada nos grupos de 20 a 24 anos, em que, desde o ano da pandemia, foram registrados mais de 5,6 milhões de cancelamentos. No entanto, o número de aderências se estabilizou a cada ano nas duas faixas etárias, com mais de 1 milhão de adesões de pessoas de 20 a 29 anos, somente em 2024. O número continua abaixo do esperado para manter os planos de saúde com segurança, segundo os especialistas.

Sustentabilidade

De acordo com o advogado administrativo Silvío Guidi

a falta de interesse das gerações mais novas interfere diretamente no mercado de seguros, já que o valor pago pelos mais jovens ajuda a custear os serviços utilizados com mais frequência pelos mais idosos. "É igual à Previdência. Quem sustenta a aposentadoria e a pensão de hoje? São os jovens. É um mutualismo, o mais forte ajuda o mais fraco, mas ambos se beneficiam. Igual para o plano de saúde, mas quando a população mais nova para de contribuir, o plano começa, basicamente, a perder a fonte de receita para conseguir sustentar esse todo".

O advogado Rodrigo Leitão esclarece que as variações de preço podem ser um dos fatores

que desestimulam a adesão de seguros. "As maiores variações são os agravamentos de riscos que, ao fim, podem aumentar ou diminuir o valor do seguro a depender de sexo, local de moradia, eventos da natureza, coberturas contratadas e mesmo idade do segurado."

Leitão salienta que, apesar do custo, o seguro-saúde é um item com o qual o jovem precisa contar, pois ele pode ser surpreendido com situações como acidentes. "A juventude precisa entender que o seguro é importante, pois a cada dia são milhares e milhares de eventos danosos (sinistros) no Brasil. Ter um seguro é perceber que se deve dar a importância necessária à vida que se possui — seja a do próprio

jovem, seja a de terceiros — e pode se tornar um pesadelo caso não haja um seguro contratado."

Um problema maior

Guidi aponta que não se trata apenas do desinteresse do jovem pelos planos de saúde. Para ele, os altos valores e falta de adesão fazem parte de um quadro maior de deficiência nas estruturas de seguros de saúde. "Se pegar um número de vidas de 2014, que são 50 milhões, e olhar para o número de vidas hoje, 51 milhões, verifica-se que o mercado está estagnado e pouco competitivo. As novas reformas para tentar melhorar o mercado são apenas um *band-aid*. O que precisa, no meu entender, são novos marcos legais para fazer com que retome esse crescimento, para conseguir mais 50 milhões de beneficiários em dez anos."

Leonardo Borges contribui com a visão de que as empresas de seguros não estão dando a devida atenção aos seus beneficiários. Para eles, os seguros estão sendo usados como uma moeda de troca para o mercado. "Os seguros são muito mal administrados pelas principais instituições do país que os comercializam. São usados como moeda de troca e não avaliam a devida necessidade do cliente. Seguros, de forma geral, deveriam estar no topo dos principais produtos existentes no mercado, pois através deles podemos dirimir qualquer ponto que possa interromper o crescimento pessoal ou mesmo um projeto financeiro que esteja em andamento."

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula

Marco legal dos seguros é aprovado no Senado

O Senado aprovou, na última semana, o Projeto de Lei Complementar 29/2017, conhecido como Marco Legal dos Seguros. Como houve modificações, o texto retornou à Câmara dos Deputados, onde se originou.

Com parecer favorável do relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), o texto prevê a alteração da Lei 10.406/2002 para regular o mercado de seguradoras privadas.

Entre as medidas mais importantes, está a proposta que proíbe o cancelamento unilateral do contrato pela seguradora, visto que hoje existe apenas o entendimento da Justiça de que são abusivos. No último mês, 20 seguradoras de planos de saúde foram notificadas pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, após o cancelamento unilateral de diversos contratos coletivos.

O projeto também prevê a elaboração de um questionário de avaliação de riscos no momento da contratação do seguro, assim, a seguradora não poderá alegar que houve omissão por parte do segurado. O questionário servirá como base para uma eventual perda de indenização,

caso ocorra o agravamento de risco do segurado. O texto também muda o prazo de 15 para 20 dias para a seguradora adequar o contrato, quando houver o aumento de risco do beneficiário.

Sinistros

O projeto propõe que as seguradoras terão até 30 dias para realizar os pagamentos dos sinistros, além de vedar o recebimento antecipado de prêmios. Caso a seguradora, cliente do sinistro, não identifique o beneficiário para receber o seguro, o valor passará para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil depois de cinco anos.

A nova versão do projeto também prevê a isenção da responsabilidade da seguradora cedente, em caso de cessão de carteira, ou seja, a seguradora repassa os contratos vigentes para outras operadoras. Hoje, quando há cessão de carteira, a seguradora cedente continua respondendo pelos contratos mesmo após o repasse. O PLC propõe ainda que as seguradoras tenham mais tempo para analisar uma solicitação

Roque de Sá/Agência Senado



O relator Otto Alencar (PSD-BA) incluiu a proibição dos cancelamentos unilaterais por planos de saúde

de contrato, de 15 para 25 dias. Segundo o advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS), idealizador

do Projeto de Lei do Contrato de Seguro, Ernesto Tzirulnik, essa aprovação é o maior avanço na história do seguro brasileiro

depois da criação do IRB em 1939. "Naquela época, se buscava criar um aparato estatal para o desenvolvimento da economia e da

sociedade por meio do resseguro. Agora, com o mercado brasileiro aberto, apoiado e exposto ao resseguro internacional, novamente olhamos para o presente e para o futuro requalificando os seguros para servirem à sociedade", disse.

Segurança jurídica

Tzirulnik explicou que o IBDS deu o pontapé inicial, há 21 anos. "Agora tantas entidades vieram apoiar, como o Brasilcon, Fiesp, CNI, CNT, CNSeg, Fenacor, e tantas outras dos mais diversos setores. Os senadores Otto Alencar e Jader Barbalho, e todos os demais, mostraram que o Brasil tem instituições parlamentares capazes de promover o desenvolvimento democrático. E o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com sua equipe, especialmente Alessandro Octaviani, Marcos Pinto e Laio Moraes, demonstraram estar unidos para melhorar o nosso país. No deserto dos seguros éramos a única grande economia sem leis desse tipo, agora temos uma das melhores", afirmou. (MBG e FS)